

2 ESTADO DO MARANHÃO 2 PODER JUDICIÁRIO 2ª CÂMARA CRIMINAL SESSÃO VIRTUAL
REALIZADA NO INTERVALO DE 25/05/2023 a 01 /06/ 2023 HABEAS CORPUS Nº
0807024-90.2023.8.10.0000 NÚMERO DE ORIGEM : 0849870-56.2022.8.10.0001
PACIENTES : Maykon Irineu Gomes Wilandia Costa Mendes IMPETRANTE : Elton
Tavares Pereira (OAB/MA 11.623) IMPETRADO : Juízo da Vara Colegiada dos
Crimes de Organização Criminosa da Comarca de São Luís – MA INCIDÊNCIA
PENAL : art. 2º, § 3º, da Lei nº 12.850/2013, e, art. 297 do CP. RELATOR :
Desembargador Francisco RONALDO MACIEL Oliveira EMENTA HABEAS CORPUS.
INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART.
2º, § 3º, DA LEI Nº 12.850/2013, E, ART. 297, DO CP). PRISÃO PREVENTIVA.
AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. VERIFICAÇÃO. PRIMARIEDADE E BONS
ANTECEDENTES. RELEVÂNCIA. ORDEM CONCEDIDA, PARA CONFIRMAR A LIMINAR,
MEDIANTE APLICAÇÃO DE CAUTELARES. I – Embora decretada a prisão
preventiva, em obediência ao disposto no art. 312 do Código de Processo
Penal, sua manutenção importa, na espécie, constrangimento ilegal,
mormente quando possíveis a aplicação de medidas cautelares diversas da
prisão. II – No caso, não restou devidamente comprovada a real necessidade
da manutenção da prisão preventiva dos pacientes, bem como não há
evidência de qualquer prejuízo à garantia da satisfação da tutela
jurisdicional. III – Além do mais, no caso em concreto, as condições
subjetivas favoráveis dos pacientes, a saber: primariedade, bons
antecedentes, residência fixa, aliadas ao caráter excepcional da prisão
preventiva, sem a demonstração do risco que a liberdade deles geraria ao
seu meio circundante ou ao processo, a soltura deles é medida que se
impõe. IV – Ordem parcialmente concedida, para confirmar a decisão liminar
que revogou a custódia preventiva dos pacientes, com a imposição das
medidas cautelares previstas no art. 319, I, III, IV, V e IX, do Código de
Processo Penal. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de
Habeas Corpus, nº 0807024-90.2023.8.10.0000, em que figuram como partes os
retromencionados, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara
Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, por votação unânime, de
acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ, em CONCEDER A
ORDEM impetrada, nos termos do voto do Desembargador Relator. Votaram os
Senhores Desembargadores Francisco RONALDO MACIEL Oliveira (Presidente/
relator), José Luiz Oliveira de Almeida (vogal) e Vicente de Paula Gomes
de Castro (vogal). Sessão Virtual da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de
Justiça do Estado do Maranhão de realizada de 25 de maio a 01 de junho de
2023. São Luís, 01 de junho de 2023. Desembargador Francisco RONALDO
MACIEL Oliveira RELATOR (HCCrim 0807024-90.2023.8.10.0000, Rel.
Desembargador (a) FRANCISCO RONALDO MACIEL OLIVEIRA, 2ª CÂMARA CRIMINAL,
DJe 14/06/2023)